

Curso preparatório - Concurso para

ADVOGADO GERAL DA UNIÃO - 2015

Resolução de Questões de Direito Processual Civil

Professor Rodrigo Salazar

professor.rodrigosalazar@gmail.com



@profrsalazar



www.facebook.com/professorsalazar

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 104 – A respeito da reclamação constitucional, julgue os itens a seguir

Por ter natureza jurídica de direito constitucional de petição, a reclamação não se sujeita à coisa julgada material.

Reclamação Constitucional

STF: 102, I, “I”, CF

STJ: 105, I, “f”, CF

Natureza Jurídica?

Possibilidade de Reclamação para Tribunais de Justiça?

Faz coisa julgada?

Reclamação Constitucional

- ADI 2.212-1/CE:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 108, INCISO VII, ALÍNEA I DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ E ART. 21, INCISO VI, LETRA ‘J’ DO REGIMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL. PREVISÃO, NO ÂMBITO ESTADUAL DO INSTITUTO DA RECLAMAÇÃO. INSTITUTO DE NATUREZA PROCESSUAL CONSTITUCIONAL, SITUADO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PETIÇÃO PREVISTO NO ARTIGO 5º, INCISO XXXIV, ALÍNEA ‘A’ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 22, INCISO I DA CARTA.

- I- A natureza jurídica da reclamação não é a de um recurso, de uma ação e nem de um incidente processual. Situa-se ela no âmbito do direito constitucional de petição previsto no artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal. Em consequência, a sua adoção pelo Estado-membro, pela via legislativa local, não implica em invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual (art. 22, I da C.F)

Reclamação Constitucional

- ADI 2.212-1/CE:
 - Natureza de simples exercício do direito de petição;
 - Possibilidade de Reclamação para Tribunais de Justiça, desde que existente previsão na Constituição Estadual. Reclamação para os TRF é possibilidade vedada, vez que não há previsão na Constituição Federal para tanto.

Reclamação Constitucional

AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO 532/RJ:

”EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO: GARANTIA À AUTORIDADE DE DECISÃO DO STF. COISA JULGADA. 1. Havendo sido julgada improcedente a Reclamação anterior, sem que os Reclamantes, no prazo legal, propusessem a Ação Rescisória, em tese cabível (art. 485, incisos Vi e IX, do Código de Processo Civil) e na qual, ademais, nem se prescindiria de produção das provas neles exigidas e aqui não apresentadas, não podem pretender, com alegações dessa ordem, pleitear novo julgamento da mesma reclamação, em face do obstáculo da coisa julgada. 2. Agravo Regimental improvido pelo Plenário do STF. Decisão unânime”.

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 104 – A respeito da reclamação constitucional, julgue os itens a seguir

Por ter natureza jurídica de direito constitucional de petição, a reclamação não se sujeita à coisa julgada material. Errada

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 105 – A respeito da reclamação constitucional, julgue os itens a seguir

Interposta reclamação em face de ato judicial que tenha contrariado preceito consagrado em súmula vinculante do STF em matéria constitucional, esse tribunal poderá anular ou reformar a decisão exorbitante.

Reclamação Constitucional

“Art. 103...

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.”

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 105 – A respeito da reclamação constitucional, julgue os itens a seguir

*Interposta reclamação em face de ato judicial que tenha contrariado preceito consagrado em súmula vinculante do STF em matéria constitucional, esse tribunal poderá anular ou reformar a decisão exorbitante. **Errada***

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2009

ACERCA DOS RECURSOS E DA AÇÃO RESCISÓRIA PREVISTOS NO CPC, JULGUE OS ITENS QUE SE SEGUEM.

QUESTÃO 111

No caso de julgamento realizado por órgão colegiado em sede de apelação, o crime de prevaricação cometido por um dos membros componentes desse órgão viciará o acórdão mesmo que o voto do citado membro tenha sido vencido, independentemente da interposição de embargos infringentes.

AÇÃO RESCISÓRIA

ART. 485, I, CPC

AÇÃO RESCISÓRIA

ART. 485, I, CPC

Tipificação prevista nos artigos 316, 317 e 319, CP

AÇÃO RESCISÓRIA

ART. 485, I, CPC

Tipificação prevista nos artigos 316, 317 e 319, CP

Não é necessária a prévia condenação

AÇÃO RESCISÓRIA

ART. 485, I, CPC

Tipificação prevista nos artigos 316, 317 e 319, CP

Não é necessária a prévia condenação

Sentença absolutória, desde com base na ausência do fato ou da autoria.

AÇÃO RESCISÓRIA

ART. 485, I, CPC

Tipificação prevista nos artigos 316, 317 e 319, CP

Não é necessária a prévia condenação

Sentença absolutória, desde com base na ausência do fato ou da autoria.

Voto vencido. Embargos infringentes.

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2009

ACERCA DOS RECURSOS E DA AÇÃO RESCISÓRIA PREVISTOS NO CPC, JULGUE OS ITENS QUE SE SEGUEM.

QUESTÃO 111

*No caso de julgamento realizado por órgão colegiado em sede de apelação, o crime de prevaricação cometido por um dos membros componentes desse órgão viciará o acórdão mesmo que o voto do citado membro tenha sido vencido, independentemente da interposição de embargos infringentes. **Errada***

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 116.

Interposto agravo na forma retida, o juiz condutor do processo reconsiderou sua decisão assim que o agravante juntou aos autos a petição do agravo. Ciente da reconsideração, a parte prejudicada, então, interpôs agravo de instrumento, informando ao juiz a respeito da interposição. Ciente da existência do recurso, o magistrado determinou a suspensão do feito.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item abaixo.

A comunicação da interposição do agravo de instrumento não basta à suspensão do processo, sob pena de violação do princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.

Agravo de Instrumento

Art. 265. Suspende-se o processo:

I - pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

II - pela convenção das partes; (Vide Lei nº 11.481, de 2007)

III - quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz;

IV - quando a sentença de mérito:

a) depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente;

b) não puder ser proferida senão depois de verificado determinado fato, ou de produzida certa prova, requisitada a outro juízo;

c) tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente;

V - por motivo de força maior;

VI - nos demais casos, que este Código regula.

Agravo de Instrumento

Recorribilidade em separado:

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 116.

Interposto agravo na forma retida, o juiz condutor do processo reconsiderou sua decisão assim que o agravante juntou aos autos a petição do agravo. Ciente da reconsideração, a parte prejudicada, então, interpôs agravo de instrumento, informando ao juiz a respeito da interposição. Ciente da existência do recurso, o magistrado determinou a suspensão do feito.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item abaixo.

A comunicação da interposição do agravo de instrumento não basta à suspensão do processo, sob pena de violação do princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias. Certa

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2009

ACERCA DOS RECURSOS E DA AÇÃO RESCISÓRIA PREVISTOS NO CPC, JULGUE OS ITENS QUE SE SEGUEM.

QUESTÃO 112

Diz-se na doutrina que existe presunção da existência de repercussão geral nos recursos extraordinários, o que se comprova pela necessidade de quorum diferenciado para o não-conhecimento do recurso com base na ausência de tal requisito e na dispensa da demonstração da sua presença na peça de interposição do recurso, cabendo ao recorrido demonstrar a ausência

Recurso Extraordinário

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2009

ACERCA DOS RECURSOS E DA AÇÃO RESCISÓRIA PREVISTOS NO CPC, JULGUE OS ITENS QUE SE SEGUEM.

QUESTÃO 112

*Diz-se na doutrina que existe presunção da existência de repercussão geral nos recursos extraordinários, o que se comprova pela necessidade de quorum diferenciado para o não-conhecimento do recurso com base na ausência de tal requisito e na dispensa da demonstração da sua presença na peça de interposição do recurso, cabendo ao recorrido demonstrar a ausência **Errada***

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2009

ACERCA DOS RECURSOS E DA AÇÃO RESCISÓRIA PREVISTOS NO CPC, JULGUE OS ITENS QUE SE SEGUEM.

QUESTÃO 113

Em regra, não existe contraditório nos embargos de declaração, uma vez que é recurso destinado a suprir omissão, obscuridade ou contradição da decisão recorrida. Parte majoritária da doutrina e da jurisprudência, entretanto, entende pela necessidade de intimação da outra parte para apresentação de contrarrazões, caso os embargos tenham sido interpostos visando a efeitos modificativos, também chamados infringentes.

Embargos de Declaração

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2009

ACERCA DOS RECURSOS E DA AÇÃO RESCISÓRIA PREVISTOS NO CPC, JULGUE OS ITENS QUE SE SEGUEM.

QUESTÃO 113

Em regra, não existe contraditório nos embargos de declaração, uma vez que é recurso destinado a suprir omissão, obscuridade ou contradição da decisão recorrida. Parte majoritária da doutrina e da jurisprudência, entretanto, entende pela necessidade de intimação da outra parte para apresentação de contrarrazões, caso os embargos tenham sido interpostos visando a efeitos modificativos, também chamados infringentes. Certa

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 106 – Com relação à suspensão de segurança, julgue os itens subsequentes.

Caso determinado desembargador federal conceda tutela antecipada em agravo de instrumento, poderá a fazenda pública insurgir-se contra a decisão, mediante a interposição de suspensão de segurança dirigida ao presidente do STJ, sendo a matéria infraconstitucional.

Suspensão de Segurança

- Finalidade:

Combater efeitos imediatos de tutela jurisdicional contra a Fazenda Pública.

Suspensão de Segurança

Lei 8038/90

Art. 25 - Salvo quando a causa tiver por fundamento matéria constitucional, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a requerimento do Procurador-Geral da República ou da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar ou de decisão concessiva de mandado de segurança, proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 106 – Com relação à suspensão de segurança, julgue os itens subsequentes.

Caso determinado desembargador federal conceda tutela antecipada em agravo de instrumento, poderá a fazenda pública insurgir-se contra a decisão, mediante a interposição de suspensão de segurança dirigida ao presidente do STJ, sendo a matéria infraconstitucional. Certa

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 107– *Com relação à suspensão de segurança, julgue os itens subsequentes.*

Se determinado juiz, em ação civil pública, conceder liminar desfavorável à fazenda pública, esta poderá interpor pedido de suspensão de segurança, ainda que esteja pendente de julgamento agravo de instrumento interposto contra a mesma decisão.

Suspensão de Segurança

A lei 8437/92 em seu artigo 4º possibilita o pedido de suspensão de segurança em sede de ação civil pública, ação popular e em ação cautelar inominada.

Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

Já a lei 9494/97 possibilita aplicar essas mesmas regras em caso de antecipação genérica dos efeitos da tutela com base nos artigos 273 do CPC.

CONCURSO PARA AGU– CESPE – 2012

QUESTÃO 107– Com relação à suspensão de segurança, julgue os itens subsequentes.

Se determinado juiz, em ação civil pública, conceder liminar desfavorável à fazenda pública, esta poderá interpor pedido de suspensão de segurança, ainda que esteja pendente de julgamento agravo de instrumento interposto contra a mesma decisão. Certa

Bons estudos!